

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**

YURI SODRÉ BRAVIM DE OLIVEIRA

**WEBRADIO
NOVO CAMINHO PARA A RÁDIO COMUNITÁRIA**

Rio de Janeiro

2009

Yuri Sodré Bravim de Oliveira

WEBRADIO: novo caminho para a rádio comunitária

Monografia submetida à Escola de Comunicação da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte
dos requisitos necessários à obtenção do grau de
bacharel em Comunicação Social, habilitação em
Radialismo

Orientadora: Prof^a Dr^a Fátima Sobral Fernandes

Rio de Janeiro

2009

O48 Oliveira, Yuri Sodré Bravim de Oliveira

Webradio: novo caminho para a rádio comunitária / Yuri Sodré Bravim de Oliveira. Rio de Janeiro, 2009.

52 f.: il.

Monografia (Graduação em Comunicação Social)
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de
Comunicação. 2009

Orientadora: Fátima Sobral Fernandes

1. Rádio Comunitária. 2. Lei 1.912/98. 3. Webradio .
I. Fátima Sobral Fernandes (Orient.).
II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de
Filosofia e Ciências Humanas. Escola de Comunicação.
III. Título.

CDD: 384.54

Yuri Sodré Bravim de Oliveira

WEBRADIO: novo caminho para a rádio comunitária

Monografia submetida à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social, habilitação em Radialismo.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2009

Prof^a Dr^a Fátima Sobral Fernandes, ECO/UFRJ

Prof. Maurício Lisovsky, ECO/UFRJ

Prof. Eduardo Refkalefsky, ECO/UFRJ

“ Os meios comunitários são forçosamente líquidos, eles precisam se adaptar e agir de acordo com o ambiente no qual surgem.”

Zygmunt Bauman

RESUMO

OLIVEIRA, Yuri Sodré Bravim de Oliveira. **Webradio:** novo caminho para a rádio comunitária. Monografia (Graduação em Comunicação Social, Habilitação em Radialismo) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio De Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

No trabalho, demonstra-se o caminho das rádios comunitárias e sua luta para a criação e o reconhecimento do Estado por meio da lei 9.612/98, que legalizou a participação dessas rádios, antes ilegais, e reforçou o seu papel no contexto comunicacional, apesar de se tornar mais um entrave para quem necessita e quer operar de forma legal. Com o poder de outorga na mão do governo, este parece ter se tornado um meio de apadrinhamento político e controle à rádios de espírito livre, fundadas para ajudar e criar uma unidade dentro da comunidade em questão. A partir de uma análise da lei 9.612/98, foi demonstrado como o governo restringiu as rádios comunitárias e tornou complicada a busca pela legalização. Foram explicados, de forma breve, como se criar uma rádio e o caminho para torná-la uma rádio comunitária através da lei. Além disso, explicitou-se o avanço da internet nos meios comunicativos e como esse poderia ser utilizado para se tornar uma alternativa acessível para essas rádios que tinham dificuldade para se adaptar às formas previstas na lei 9.612/98. As webrádios através internet se tornaram uma ótima opção, já que sua operação não prevê licenças e não restringe a forma, o conteúdo e limitação espacial.

RÁDIO COMUNITÁRIA, LEI 9.612/98, WEBRADIO

ABSTRACT

OLIVEIRA, Yuri Sodré Bravim de Oliveira. **Webradio:** novo caminho para a rádio comunitária. Monografia (Graduação em Comunicação Social, Habilitação em Radialismo) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio De Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

In this academic work it is demonstrated the evolution of community radios and their struggle for the establishment and recognition of the state, through the law 9.612/98, that legalized the participation of these radios, before illegal and strengthened its participation in the context of communication, although it became an obstacle for those who need and want to operate legally. With the power of concession government's hands, it became a channel for political patronage and "dictatorial" control of the radio free-spirited and well-founded to help and create a unity on the community in question. From an analysis of the law 9612/98, was demonstrated how the government confined the community radio and has complicated the way to be legalized. It was explained briefly how to create a radio and the legal way to becoming a community radio. On the other hand, was explained the advancement of the Internet in the communicative word and how it could be used to became an accessible way for these radios that they had difficulty to suit the aforementioned forms by law 9612/98. The webradios through internet became a great option, since its operation does not provide licenses and does not restrict the form, content and space limitations.

COMMUNITY RADIO, LAW 9612/98, WEBRADIO

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	CONTEXTO DO PROBLEMA	
1.2	JUSTIFICATIVA DA RELEVANCIA	
1.3	OBJETIVO	
1.4	METODOLOGIA	
1.5	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	
2	RÁDIO COMUNITÁRIA	15
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
3.1	CRIANDO UMA RÁDIO FM	18
3.2	COMO OBTER A OUTORGA DO ESTADO PARA SER UMA RÁDIO COMUNITÁRIA	20
3.3	LEGISLAÇÃO - A LEI 9.612/98	23
3.4	INTERNET: POSSÍVEL PARA TODOS	25
3.5	WEBRADIO	26
3.5.1	Histórico	26
3.5.2	Rede de Possibilidades	27
3.5.3	Colocando sua radio na Internet	31
4	ESTUDO DE CASO: RÁDIO NOVOS RUMOS	33
4.1	SUA HISTÓRIA E DESAFIOS	33
4.2	POSSIBILIDADES VIA WEBRADIO	34
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
	REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

A palavra comunitária teve origem na língua francesa – **communautaire** – cuja adjetivação ou significado refere-se ao respeito à comunidade, considerada como estrutura fundamental da sociedade, ou forma específica de agrupamento (RODRIGUES,2008).

Um dos conceitos de rádio comunitária é partilhar a informação e dar voz a um determinado grupo com o mesmo interesse. As rádios comunitárias surgiram como uma contraproposta ao sistema hegemônico de comunicação e comercial que hoje ocupa, quase que totalmente, as ondas de rádio frequência disponíveis no Brasil. Devido ao baixo custo e facilidade para se operar um aparelho de difusão radiofônica, as rádios se espalharam pelas últimas três décadas (MALERBA, 2009).

As rádios comunitárias no Brasil surgiram na forma de rádios livres, sem concessão ou autorização do Governo. Essas rádios se posicionaram em determinada frequência de forma amadora para atender comunidades carentes por uma forma de auto-expressão midiática. Toda rádio enquadrada nestes parâmetros é ilegal.

Rádio livre é um termo surgido na década de 1960 que designa uma tipo de emissora de rádio que não encontra-se vinculada a partidos políticos, entidades religiosas, órgãos estatais ou grupos de interesses comerciais (RADIO, 2009).

Os grupos de rádio livre questionam, através da prática da desobediência civil, a legitimidade dos aparelhos jurídicos de regulamentação dos meios de comunicações, geralmente alinhados aos interesses estatais e/ou corporativos. Sua gestão e programação dá-se geralmente de forma coletiva, por meio de assembleias. As rádios livres seriam assim meios alternativos de informação, não sendo estatal-institucional ou privado-comercial (GIRARDI, 2009).

A rádio comunitária se diferencia das rádios livres pelo seu objetivo. Segundo Denise Cogo (1998), uma rádio comunitária persegue o objetivo de democratizar a palavra, que esta concentrada em poucas bocas e em pouquíssimas mãos, para que nossa sociedade seja mais democrática.

A injustiça social e a desigualdade de acesso à produção de comunicação é um fato concreto. Entretanto, sabe-se que os meios de comunicação são importantes agentes modificadores. Os representantes sociais, que têm suas falas garantidas em meios de comunicação e conseguem demonstrar isto de forma maciça para que seja ouvido ou chame a devida atenção para si, têm maiores chances de suas reivindicações serem

atendidas pelo poder público. Além desse ponto, os veículos comunitários têm demonstrado um importante papel de mobilizar a comunidade entorno de demandas sociais coletivamente conhecidas.

No entanto, os entraves burocráticos para se criar uma rádio comunitária tornam mais difícil o acesso a quem realmente necessita e carece desse espaço para mudar e se tornar um agente social eficaz.

O meio de comunicação comunitária passou a ser espaço de disputa política e ideológica. Aqueles que gostariam de se expressar, tratar dos problemas da comunidade, posicionar sua visão alternativa às políticas locais, às prioridades e às perspectivas hegemônicas, tiveram que se adequar ao jogo político e pode-se dizer também comercial.

Apesar da mídia de grande circulação ouvir diretamente em suas reportagens, personagens diretamente envolvidos com os problemas noticiados, a voz que distribui a notícia e demonstra o problema não é da pessoa carente, não está ali sua forma de apresentar a cultura local, a caracterização da sua realidade.

É preciso democratizar os meios de comunicação, dar voz para todos. A rádio comunitária além de dar voz ao grupo que pertence, também tem o princípio de auxiliar e coordenar a comunidade para que aumente sua força frente aos problemas do dia-a-dia. Sua programação e sua formatação não precisam seguir um padrão determinado ou um crivo das grandes emissoras para adequar a programação que é transmitir. Os meios de comunicação aos poucos estão se tornando mais acessíveis.

1.1 CONTEXTO DO PROBLEMA

A reivindicação da comunicação popular colocou em cena inúmeras rádios, que surgiram desbravando um território de luta contínua pela democracia, com o objetivo de democratizar a palavra. A emancipação social encontrou na transmissão pela voz o meio de comunicação mais adequado e eficaz para sua divulgação, utilizando para isso todas as formas de radiodifusão, desde os transmissores FM até o sistema de alto-falantes.

Estas rádios não-oficiais surgiram trazendo perspectivas educativas e comunitárias. Diferentemente das rádios livres, que não buscam reconhecimento do Estado, as rádios comunitárias em sua função junto à sociedade buscam em sua constituição o reconhecimento.

Em 19 de fevereiro de 1998, é sancionada a lei 9.612/98 que regulariza o sistema de rádio difusão comunitária no Brasil (BRASIL,1998). A lei veio através da luta destas rádios para serem reconhecidas perante a lei, no entanto, se por um lado resolve parte dos problemas, por outro restringiu sua abrangência, sua formatação e sua possibilidade de crescimento. O objetivo de ser reconhecido foi conquistado, a um preço caro. Há de se concordar que foi dado um passo decisivo, agora o governo reconhece a existência das rádios comunitárias, suas funções e sua importância.

As rádios criadas por movimentos sociais continuam ainda operando em grande número como rádios ilegais. Devido à dificuldade de se enquadrar no perfil da lei, têm, constantemente, sido alvo de intervenções policiais para seu fechamento dentro de comunidades por estarem atuando fora da lei.

Como expressar-se dentro da legalidade? Qualquer fala feita dentro de um contexto denominado como ilegal é descaracterizado de sua real relevância. Não há espaço para quem desobedecer aos parâmetros determinados de forma democrática.

Impulsionados por estas razões e como já é mais do que conhecido pela história, toda vez que se encontra uma dificuldade e há a necessidade de transpô-la, cria-se uma alternativa ou rota de escape.

1.2 JUSTIFICATIVA DA RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A necessidade de colocar a mídia à disposição da sociedade civil preocupa diferentes segmentos da população, e não apenas ao próprio movimento pela consolidação das rádios comunitárias. A democratização da mídia deve se fundamentar não apenas no conteúdo, mas, sobretudo, na propriedade dos veículos de comunicação.

São inúmeros e de naturezas diversas os problemas e desafios vivenciados atualmente pelas emissoras comunitárias brasileiras, a começar pelos embates com fiscais da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), vinculada ao Ministério das Comunicações, e agentes policiais, pressionados pela Associação Brasileira das Emissoras de rádio e Televisão (ABERT) (BAHIA, 2008).

O relatório da pesquisa Direito à Comunicação no Brasil, realizado pelo grupo Intêrvozes – Projeto de Governança Global/Campanha CRIS (Communication Rights in the Information Society), aponta que existem atualmente (referência a junho/2005) aproximadamente 10 mil pedidos de autorização para funcionamento de emissoras comunitárias aguardando despacho do Ministério das Comunicações, que admitiu condição operacional de expedir apenas 1.500 liberações a cada ano. “Essa situação cria um contingente de rádios que podem passar mais de cinco anos na

ilegalidade por culpa do Executivo Federal e provavelmente serão fechadas se forem descobertas pelos órgãos responsáveis pela fiscalização”, reforça o relatório.

(BAHIA, 2008, p.4)

Mesmo entre as emissoras autorizadas a funcionar, os desafios são grandes e exigem o apoio de uma rede de solidariedade para superar as dificuldades no dia-a-dia. Em sua grande maioria, constituídas por comunidades que dispõem de poucos recursos financeiros, humanos, técnicos e materiais (a minoria é criada por órgãos e entidades que lhes garantem médio nível de infra-estrutura), estas rádios são geralmente instaladas em minúsculos cômodos cedidos pela comunidade, quando não ocupam um pequeno espaço numa casa de família da vila.

De uma forma geral, tais emissoras sobrevivem do voluntariado da própria comunidade, pessoas que cedem horas diárias no revezamento do microfone e na mesa de som após terminarem suas rotinas de trabalho assalariado. Em alguns casos, um ou outro apresentador recebe um percentual do apoio cultural que divulgam em seus programas.

Apenas a minoria das mais de 3,8 mil rádios comunitárias autorizadas a funcionar no país atende aos princípios legais que regem o serviço de radiodifusão comunitária. A afirmação é do coordenador de Comunicação da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO), Josué Franco Lopes. A ABRAÇO considera que não chega a 1,5 mil as que são verdadeiramente rádios comunitárias. Das autorizadas a funcionar, a grande maioria é ligada a igrejas, políticos ou a algum fim sem conotação social (RODRIGUES, 2009).

Segundo a ABRAÇO, enquanto processos de associações e fundações legitimamente comunitárias levam anos tramitando no Ministério das Comunicações, processos de rádios ligadas a lideranças políticas ou a grupos econômicos são julgados com maior rapidez.

Malerba faz um balanço, de dez anos, sobre o fenômeno de mini-rádios comerciais que utilizam o nome “comunitária” para conseguirem outorgas ou simplesmente ganharem dinheiro, se proliferou. Variadas formas de repressão foram criadas, das quais, a burocracia do processo de outorga é uma das principais. Isto se comprova ao verificarmos que mais de dez mil processos de outorga foram arquivados (MALERBA, 2009).

Para cada processo aprovado, cinco são arquivados, dos quais, 80% dos arquivamentos são relativos a alguma exigência burocrática. O quadro aponta para uma

realidade em que apenas metade dos municípios brasileiros possui rádios comunitárias outorgadas, e 50% destas rádios comunitárias possuem vínculo com políticos locais (SANTOS, 2008). O processo de outorga tem cinco vezes mais chance de obter sucesso se tiver um apadrinhamento político.

O novo contexto da luta indica sérios problemas para democratizar a comunicação no país. Temos um Ministério das Comunicações endurecido, comprometido em não alterar a estrutura do sistema de comunicação, muito menos, a relação deste setor empresarial com a sociedade, o que inviabiliza o desenvolvimento de políticas públicas justas para as rádios comunitárias e para o povo. O sistema de comunicação é pautado pelo lucro e pelo consumo, contrastando, inclusive, com o que é previsto no texto constitucional. Não é coincidência o argumento, visto que, financeiramente, a comunicação é um grande negócio com perspectivas cada vez melhores para quem explora o setor. Em 1997, somente o gasto com publicidade no país era em torno de R\$ 6,8 bilhões, em 2006 este valor praticamente triplicou pulando para R\$ 19,3 bilhões, movimentando muito mais do que o investido pelo governo federal em diversas áreas, como, por exemplo, o previsto para o “PAC” da educação em 2008, cerca de R\$ 12,7 bilhões. (SANTOS, 2008)

De acordo com o Decreto 2.615, de 1988, apenas associações e fundações comunitárias sem fins lucrativos podem colocar uma rádio comunitária no ar. A emissora, por sua vez, deve ter uma programação pluralista, priorizando a divulgação da cultura da comunidade. Além disso, deve prestar serviços de utilidade pública, oferecendo mecanismos à formação e à integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social (RODRIGUES, 2009).

O decreto proíbe o proselitismo de qualquer natureza (político, religioso etc.) e estabelece que qualquer cidadão da comunidade em que a rádio opera tem o direito de emitir opiniões sobre assuntos abordados na programação da emissora, bem como de manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, bastando para isso pedir antecipadamente à direção da rádio comunitária (RODRIGUES, 2009).

1.3 OBJETIVO

Identificar quais são as vantagens comparativas da webradio sobre a rádio difusão para as rádios comunitárias.

1.4 METODOLOGIA

A metodologia para desenvolvimento é constituído dos seguintes fazeres:

- a) Realizar um breve levantamento bibliográfico sobre a criação das rádios comunitárias, suas funções e objetivos.
- b) Identificar as medidas necessárias a serem adotadas para a criação de uma rádio FM qualquer.
- c) Identificar as medidas necessárias para legalizar as rádios criadas pelos movimentos sociais.
- d) Analisar os entraves burocráticos e pouco solícitos da lei 9.612/98 que regulariza o sistema de rádio difusão comunitária no Brasil.
- e) Explicar o avanço da internet no cenário atual.
- f) Descrever como uma webradio, através da internet, pode contribuir para recuperar os referidos entraves.
- g) Descrever como criar uma webradio.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

O trabalho está dividido em 5 capítulos/partes, descritos resumidamente a seguir:

No capítulo 1, é descrito o conceito de rádio comunitária e é introduzida a questão da desigualdade de acesso à produção de comunicação, assim como a sua importância para quem necessita de voz.

No capítulo 2, são apresentadas as definições sobre o surgimento das rádios comunitárias no Brasil, sua busca pela democratização do espaço de difusão e é dada uma noção de seus representantes e quantidade existente.

No capítulo 3, através de fundamentação bibliográfica, é descrito:

3.1 Como se criar uma rádio FM

3.2 O caminho para obter a outorga do Estado e funcionar como uma rádio comunitária legal

3.3 Algumas das críticas feitas pelas rádios comunitárias à Lei 9.612/98 que regulamenta sua função.

3.4 A expansão da internet na conjuntura atual.

3.5 Como surgiu a webradio, suas possibilidades e explicar como criar uma rádio na internet.

No capítulo 4, é utilizado um estudo de caso, A Rádio Novos Rumos, que é uma das experiências de rádio comunitária mais importante do Brasil, além de fazer um paralelo das possíveis utilizações da webradio na história desta rádio.

No capítulo 5, são feitas as considerações finais sobre a utilização da webradio, sua potencialidade e como suas características são úteis para as rádios comunitárias.

2 RÁDIO COMUNITÁRIA NO BRASIL

Nas últimas três décadas, as rádios comunitárias em todo o mundo vêm crescendo em número e importância, influenciando significativamente o terreno sócio-político-cultural dos países de origem. O movimento é particularmente forte e articulado na América Latina, onde seu crescimento tem sido considerado como o resultado de um processo de mobilização social e articulação política de determinadas parcelas da população, visando à conscientização de sua situação histórica, a promoção de justiça social e o reequilíbrio das forças hegemônicas na região (PERUZZO, 1998).

As rádios livres no Brasil surgiram nas décadas de 60 e 70, durante o governo militar. Como os meios de comunicação se encontravam nas mãos de pessoas ligadas ao governo, não era de se espantar que outros caminhos para a liberdade de expressão seriam buscados (PAIVA, 2007).

A contestação aos regimes ditatoriais em toda a América Latina ecoava de movimentos populares e eram acompanhados de perto pelos processos comunicativos. Os conflitos contras as formas de poder e sua concentração visavam à democratização da sociedade e uma delas era a democratização da Comunicação. Algumas destas rádios livres foram criadas para apoiar politicamente sindicatos e atividades partidárias e outras eram feitas por aventureiros com espírito de liberdade para tocar músicas e transmitir o que quisessem, uma típica contestação ao regime (PAIVA, 2007).

Como já foi dito anteriormente, as rádios comunitárias são provenientes da experiência das rádios livres. Para Márcia Vidal (1995) muitas das rádios comunitárias do Brasil tiveram origem na Experiência de alto-falantes, conhecidas como “rádios do povo”. Um exemplo é a rádio popular de São Pedro, um sistema de alto-falantes que funcionava em Vitória (ES) no bairro de São Pedro, em 1985. Em 1986, eles colocaram a rádio no ar (PAIVA, 2007).

Acredita-se que a primeira rádio de caráter livre tenha sido uma emissora sindical que surgiu na Áustria em 1925. No Brasil, a rádio DKI – A Voz do Junqueira, atual rádio cultura de São Paulo, foi ao ar ilegalmente em 1933, funcionou por três anos, até sofrer intervenção policial em 1936 (GIRARDI, 2009).

Uma das primeiras rádios livres que se tem registro foi a Rádio Paranóia de 1970, Vitória (ES). Depois surgiram outras como a rádio Spectro em Sorocaba (SP) de 1976 e a rádio Globo de Criciúma (SC) de 1976. Na década de 80, elas se espalharam de forma assustadora no Estado de São Paulo, abrangendo diversos movimentos, assim

como a Rádio Teresa, que foi ao ar pelas mãos dos Bancários de São Paulo (PAIVA, 2007).

Os primeiros anos da década de 80 foram marcados pelo movimento de jovens de Sorocaba (SP), que, em iniciativas individuais, se apropriaram das ondas livres do rádio com emissoras de baixa potência com programações alternativas às das emissoras FM (GIRARDI, 2009).

A grande quantidade de técnicos e estudantes de eletrônica nesta cidade, a ociosidade do período das férias escolares, os esquemas em revistas importadas e a facilidade em conseguir peças em qualquer loja especializada, criavam um contexto propício para este fenômeno localizado. Estas emissoras tocavam muita música e a programação não era muito diferente das rádios oficiais (GIRARDI, 2009).

Durante o verão de 1982, chegaram a ser registradas 42 emissoras clandestinas na cidade, que posteriormente seriam perseguidas e aniquiladas pela fiscalização do extinto Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL) (GIRARDI, 2009).

No Rio de Janeiro a primeira rádio livre foi a Frívola City de 1986, que se engajou em campanha política para apoiar a candidatura de Fernando Gabeira para o Governo do Estado em 1986 (PAIVA, 2007).

Na década de 90, várias outras surgem, cada uma com sua história e suas características. Também começam a aparecer com mais frequência as com perfil religioso, como a Free FM. Mas é neste período que começam a surgir várias rádios de caráter comunitário, como a Rádio Sabiá do Recife (PE), Rádio Popular Santa Amélia de Curitiba (PR), Rádio Calabar de Salvador (BA), Rádio Popular de Heliópolis e Rádio do Povo (SP), Rocinha e Rádio Saara (RJ), Rádio Favela de Belo Horizonte (MG), entre outras (GIRARDI, 2009).

Essas rádios, inicialmente, buscavam uma democratização do espaço de difusão, que era de todos e para todos, e foram adquirindo perfil político de acordo com que a população local ia se apropriando das possibilidades oferecidas pelo veículo. Aos poucos, elas foram adquirindo este perfil que hoje é chamado de comunitário. O conteúdo cotidiano une todos na vida real e no dia-a-dia.

É essa cultura do cotidiano que aproxima e identifica os indivíduos em uma comunidade. Buscar subjetividade no processo comunicativo é “agir” e “deixar agir” dentro da relação missão-recepção (NUNES, 1995, p.140).

Elas ousaram iniciar a reforma agrária no ar, enquanto no Parlamento se discutia propostas de leis para a radiodifusão de pequeno alcance, com visível atraso em relação às demandas sociais para o setor.

A proliferação atual de emissoras comunitárias é o resultado de um processo de mobilização social pela regulamentação da radiodifusão de baixa potência, cujo marco histórico é o dia 10 de abril de 1995, data em que o Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, recebeu, em audiência, um grupo de representantes de rádios livres e comunitárias. Nessa ocasião ele reconheceu, publicamente, a existência de milhares de emissoras de baixa potência em todo país e assumiu o compromisso de regulamentar seu funcionamento (PERUZZO, 1998).

O movimento das rádios comunitárias no Brasil é representado atualmente por diversas entidades com área de abrangência segmentada, nacional e internacional, como por exemplo, a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO), o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), a Rede Brasil de Comunicação Cidadã, a Associação Nacional das Rádios Comunitárias Católicas (ANCARC) e a Associação Mundial de Comunicação Comunitária (AMARC) (MALERBA, 2009).

Estima-se que sejam mais de 15.000 emissoras comunitárias operando nas cinco regiões do país, com ou sem licença, segundo dados da ABRAÇO (MALERBA, 2009).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção do trabalho, é descrito a facilidade de se criar uma rádio FM. São apontadas as medidas necessárias para obter a outorga do Estado. É problematizada a questão da legislação inadequada, na opinião das rádios comunitárias, que regulamenta seu funcionamento. Dá-se uma breve noção do surgimento da webradio, sua potencialidade e o caminho para colocar uma rádio na internet.

3.1 CRIANDO UMA RÁDIO FM

Nesta seção é descrito de forma simplificada como criar e colocar sua própria rádio FM no ar, independente de seu uso.

O primeiro passo, fundamental, é entrar em contato com um técnico de eletrônica, um engenheiro em telecomunicações ou uma pequena empresa para obter orientação. Esses profissionais devem orientar sobre os seguintes aspectos:

- a) Abrangência / Local de irradiação
- b) Frequência livre no dial
- c) Equipamentos necessários

Em relação à abrangência, é necessário decidir antes qual a irradiação se pretende atingir; 1, 5, 10, 30 km ou mais. O necessário para se montar uma rádio de baixa potência em FM (não possui grande poder de irradiação, até 5 km) varia em função do dinheiro que se dispõe e dos equipamentos.

O mínimo, imprescindível para uma intervenção, é o transmissor, a antena e um cabo que leve o sinal de um ao outro. A potência do transmissor recomendável varia de 10 watts a 100 watts (FERRAZ, 2003).

O técnico ou pessoa capacitada deve averiguar junto à ANATEL as frequências vazias no dial FM, para que possa operar sem interferir em outras rádios (FERRAZ, 2003).

O mínimo de equipamento necessário para que sua rádio vá ao ar é: um aparelho que gere o som ou sinal sonoro (no caso um CD player, MP3 player ou computador), um transmissor (txr) e uma antena (FERRAZ, 2003).

Transmissor é composto por um gerador de oscilações, que converte a corrente elétrica em oscilações de uma determinada frequência de rádio. É um transdutor, que converte a informação a ser transmitida em impulsos elétricos equivalentes a cada valor,

e um modulador, que controla as variações na intensidade de oscilação ou na frequência da onda portadora, sendo efetuada em níveis baixo ou alto (FERRAZ, 2003).

A peça mais importante, o “coração da rádio”, é o transmissor, o aparelho que irá gerar o sinal eletromagnético que viaja até o receptor (no caso, o rádio do ouvinte). Se você tiver um transmissor de FM em mãos, praticamente já tem uma rádio. Este sinal eletromagnético é distribuído no espaço através da antena (FERRAZ, 2003).

Antenas não são difíceis de fabricar, utilizando sucatas de alumínio e madeira elas funcionam satisfatoriamente, levando-se em consideração uma rádio de baixa potencia que opera localmente.

Do aparelho sonoro sai um cabo que leva o som até o transmissor (em geral é do tamanho de um computador). Outro cabo sai do transmissor e vai até a antena e, deste modo, o som vai para o ar (FERRAZ, 2003).

A configuração descrita anteriormente é a mínima necessária para que uma rádio funcione. No entanto, para produzir a mensagem sonora mais qualificada, é recomendável um investimento um pouco mais robusto.

Rádio é fala (ao vivo ou gravada) e som (músicas, fundos musicais, efeitos sonoros). Para unir de forma satisfatória estas duas qualidades é necessário: uma mesa de som (de 4 a 8 canais) ou um mixer de áudio (de 2 a 4 canais), 2 CD players ou MP3 players, 2 microfones, e cabos para ligar tudo na mesa ou no mixer. A mesa (ou mixer) é o início, pois irá receber o som do microfone e do CD ou MP3. Estes também são fundamentais, pois permitem que se fale e toque as músicas (FERRAZ, 2003).

Esta parte deve variar de mil a três ou quatro mil reais. Este valor varia em função de um estúdio mais completo ou não, da qualidade das marcas dos aparelhos, se são novos ou usados (FERRAZ, 2003).

Para ter uma melhor noção, apresenta-se, como exemplo, uma configuração mínima para uma rádio de baixa potência. Precisa-se de apenas de quatro itens básicos: um rádio com CD player ou mp3 player que possua saída de áudio auxiliar ou saída para fone de ouvido, um microfone, um transmissor e uma antena. Ao invés do rádio, você pode utilizar um computador, ligando a saída da placa de som ao transmissor. Pode-se ligar um microfone ao computador e usá-lo para tocar CDs e arquivos de áudio como WAVE e MP3. Liga-se a saída de sinal do rádio no transmissor e usa-se o rádio para gerar o áudio (musica, locução, etc.) (FERRAZ, 2003). Esta configuração é mostrada no esquema a seguir:



FIGURA 1: Configuração de rádio FM

Com um custo relativamente baixo, qualquer pessoa pode construir sua rádio.

Em paralelo, supondo-se o desejo de legalização, o interessado deve estar de acordo com o Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada aprovado pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) (ANATEL, 1998).

Antes de demonstrar ao Ministério das Comunicações a sua intenção de montar uma rádio, é necessária a criação de uma empresa e pagar todas as taxas, em torno de R\$ 600,00, e aguardar o tempo para sua criação e legalização.

3.2 COMO OBTER A OUTORGA DO ESTADO PARA SER UMA RÁDIO COMUNITÁRIA

É explicitada nesta seção uma pequena noção do caminho a ser trilhado por aqueles que desejam legalizar uma rádio comunitária de acordo com os preceitos da lei.

Inicialmente, deve-se apresentar um requerimento ao Ministério das Comunicações demonstrando seu interesse de obter a autorização para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de interesse.

Tal requerimento deve indicar a denominação da entidade, o seu Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), endereço pretendido para a instalação do Sistema Irradiante indicando as respectivas coordenadas geográficas, o endereço para correspondência e ainda, a solicitação para a designação de canal, através do formulário modelo A-1 (ANEXO B) (MC, 2009).

O requerimento é arquivado quando existir entidade autorizada na área de execução de serviço pretendida, a distância entre os sistemas irradiantes da estação autorizada e da estação pretendida for inferior a quatro quilômetros ou se não houver canal designado para o município no Plano de Referência para a Distribuição de Canais do Serviço de Radiodifusão Comunitária (PRRadCom), da Anatel (MC, 2009).

A ANATEL, por meio de um estudo de viabilidade técnica, disponibiliza um canal para a localidade e há uma convocação das interessadas (as entidades que enviaram o formulário A-1 devidamente preenchido), por meio de publicação de um Aviso de Habilitação no Diário Oficial da União. O Aviso de Habilitação, normalmente por Unidades Federativas, também disponível no site do Ministério das Comunicações (MC, 2009).

Caso haja a decisão pelo prosseguimento do requerimento, no Aviso de Habilitação é indicado o prazo máximo de quarenta e cinco dias para que as interessadas apresentem a documentação, original ou cópia autenticada, exigida pela Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, de acordo com o Art. 9 § 2º (ANEXO A) e é anexada aos autos do processo (MC, 2009).

Após o prazo para apresentação da documentação, o Ministério das Comunicações publica no Diário Oficial da União a relação nominal das entidades que solicitaram autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária (MC, 2009).

As entidades que estiverem na relação publicada devem apresentar o requerimento padronizado Modelo A-2 (ANEXO C) e toda a documentação nele solicitado. Os processos são encaminhados para análise no Departamento de Outorga de Serviços da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica. A análise é concluída com a habilitação das entidades participantes do procedimento seletivo, considerando os requisitos técnicos e jurídicos. Pode, também, ocorrer o arquivamento do pedido de autorização, caso a documentação instrutora não atenda aos requisitos técnicos e jurídicos estabelecidos (MC, 2009).

Uma vez habilitadas as entidades, começa agora a discussão sobre quem explorará o serviço. O ministério dá um prazo de trinta dias, para que, as entidades se associem e utilizem junto o canal de comunicação. Não havendo acordo é selecionada a entidade que tiver apresentado a maior pontuação ponderada de manifestações de apoio (MC, 2009).

A manifestação em apoio à iniciativa é formada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço. Firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área (MC, 2009).

Após a seleção, deve ser apresentado ao Ministério das Comunicações, no prazo de trinta dias, projeto técnico para a instalação da estação com formulário padronizado devidamente preenchido (ANEXO D), contendo as características técnicas de instalação e de operação da estação, além de outras formalidades como alguns exemplos abaixo:

a) Declaração, firmada pelo representante legal da entidade, de que na ocorrência de interferências prejudiciais causadas pela estação, interromperá imediatamente suas transmissões até que essas sejam sanadas;

b) Planta de arruamento, em escala compatível com a área da localidade, objeto da outorga, que contenha: a visualização do nome das ruas, onde deverá estar assinalado o local de instalação do sistema irradiante, a indicação das coordenadas geográficas na forma GG°MM'SS", o traçado de circunferência de até um quilômetro de raio, que delimita a área abrangida pelo contorno de 91 decibéis (dBμ), e o local da sede da entidade;

c) Declaração, do profissional habilitado, atestando que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção aos aeródromos, ou declaração, do órgão competente do Ministério da Aeronáutica, autorizando a instalação proposta, ou, se for o caso, declaração de inexistência de aeródromos na localidade (MC, 2009).

Documentação regularizada e perfeita instrução do requerimento, é preparado e anexado aos autos da entidade um relatório final que é encaminhado à Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações (CONJUR) que realiza a análise final da documentação. Tudo aprovado, a CONJUR prepara o Ato de Autorização, que deverá ser assinado pelo Ministro das Comunicações e é encaminhada cópia autenticada do processo à Presidência da República (MC, 2009).

O Presidente faz uma revisão e encaminha ao Congresso Nacional. Somente após a deliberação do Congresso Nacional a entidade poderá operar uma emissora, efetivado pela expedição de Decreto Legislativo (MC, 2009).

Uma medida provisória, de n.º 2.216-37 de 31/08/2001, tornou menos dolorosa esta espera pela autorização para se operar. Após expirar-se o prazo de 90 dias sem deliberação pelo Congresso, uma "Licença Provisória" poderá ser expedida em caráter provisório até a deliberação do Congresso Nacional. Após a expedição de Decreto

Legislativo, a entidade terá direito a obter uma “Licença Definitiva”, que terá validade de 10 anos, renováveis (MC, 2009).

3.3 LEGISLAÇÃO - A LEI 9.612/98

Nesta seção, é descrito, de forma breve, as dificuldades e reivindicações das rádios comunitárias para mudanças da Lei que regulamenta a radiodifusão comunitária no país.

A Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 20/2/98, instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária no País. No seu artigo 25, foi determinado que o Poder Concedente baixaria atos complementares necessários à regulamentação do referido Serviço, no prazo de cento e vinte dias, contados à partir da publicação da Lei. No dia 3 de junho de 1998, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, assinou o Decreto 2.615 que aprova o regulamento do dito Serviço, publicado no DOU do dia 4 de junho de 1998. (PAGANELLI, 1998)

São apontados aqui alguns dos artigos e parágrafos da lei citada, demonstrando, apesar de ter regulamentado a radiodifusão comunitária, os empecilhos criados para sua concretização e desenvolvimento.

A Lei restringe logo de início sua potência, abrangência e funcionalidade, tornando ilegal quem estiver fora destes parâmetros. Somente é permitida uma potência de no máximo 25 Watts e antena não superior a trinta metros. As entidades representativas das rádios comunitárias, como a ABRAÇO, reivindicam 50 Watts (PERUZZO, 1998).

O Regulamento, no seu artigo 5º (ANEXO A), determina que a ANATEL designe um único e específico canal na faixa de frequências do Serviço de Radiodifusão Sonora em FM. Isso significa que todas as emissoras operarão na mesma frequência dentro da faixa do dial.

Como é possível limitar o som, por exemplo, numa cidade de grande ou de médio porte, se houver duas rádios em bairros fronteiriços? Na mesma frequência, sem dúvida, acarretará que, num determinado local, as ondas sonoras vão se chocar e as pessoas desse lugar ouvirão as duas de uma vez só. Não há como determinar, geograficamente, a potencia da transmissão de uma rádio de acordo com as divisões fronteiriças criadas pela limitação dos bairros.

De acordo com o Art. 9º (ANEXO A), dentro de um bairro ou vila, somente um grupo terá a possibilidade utilizar a frequência regulamentada. Em uma comunidade existem diversos grupos que são diferentes, têm opiniões diferentes e todos eles gostariam de ter o direito de ser representados, mas somente um poderá.

As rádios comunitárias desejam aumentar este número para obterem o direito de existirem entre duas e doze rádios para cada município, variando em função do tamanho da população (PERUZZO, 1998).

O Poder Cedente escolhe somente um, considerando o critério de representatividade, evidenciado por membros e associações que os represente, como já dito anteriormente.

Outro limite não aceito para o referido movimento é a proibição de formação de rede no Art. 16 (ANEXO A), o que possibilitaria a transmissão conjunta de eventos culturais, esportivos e educativos de interesse de um conjunto de localidades.

De acordo com o Art. 18 (ANEXO A), a única forma de obtenção de verba e apoio para sua manutenção é através de patrocínio, não poderá de forma alguma vender espaço em sua programação para divulgação de propaganda, sendo vetado qualquer uso comercial da rádio. Para muitas emissoras é complicado se manter com pouco dinheiro, a rádio acaba por viver de doações e da boa ação daqueles que a apóiam.

O fato de haver uma só frequência para as rádios comunitárias, como já dito, causará interferência. Pouco importa se indesejável ou prejudicial. Qualquer uma das duas é indesejada, quer pela rádio comunitária, quer pelos seus ouvintes.

Nos Art. 22 e 23 (ANEXO A), é apontado que as rádios comunitárias operarão sem direito a proteção contra interferência, mas se a mesma gerar interferência é determinada a interrupção do serviço. Quer dizer, a rádio comunitária sai do ar, porque é denunciada.

Se há o choque entre as ondas das rádios comerciais com as ondas das rádios comunitárias, a única que possui proteção é a rádio comercial. Se uma rádio comunitária interferir em outra comunitária, não há proteção legal.

3.4 INTERNET: POSSÍVEL PARA TODOS

A internet surgiu no fim da década de 60, com intuito militar, devido à guerra fria, mas sua função não ficou limitada. Inicialmente, tinha como unidade básica de funcionamento a troca, compartilhamento e fluxo contínuo de informações pelos quatro cantos do mundo através de uma rede mundial (HISTÓRIA, 2009).

O interesse mundial aliado ao interesse comercial, que evidentemente observava o potencial financeiro e rentável daquela novidade, proporcionou o *boom* (explosão) e a popularização da Internet na década de 90 (HISTÓRIA, 2009).

A história da Internet no Brasil começou bem mais tarde, somente em 1995 é que foi possível, pela iniciativa do Ministério das Telecomunicações e Ministério da Ciência e Tecnologia, a abertura ao setor privado da Internet para exploração comercial da população brasileira (HISTÓRIA, 2009).

O crescimento do uso da internet no mundo supera previsões e assusta pesquisadores. Nos primeiros dias do mês de novembro de 2008, o número de pessoas que acessam a Web ultrapassou a casa do 1,5 bilhão, apontando um crescimento vertiginoso de 500 milhões de novos internautas desde 2005 (PAIVA, 2009).

No Brasil, o número de internautas residenciais, atingiu em fevereiro de 2008, 22 milhões de pessoas, um aumento de 56,7% em relação ao mesmo mês de 2007. Os dados são de pesquisa feita pelo Ibope/NetRatings (INTERNET, 2009).

Medidas de incentivo fiscal do governo à aquisição de microcomputadores, desde 2005, estão impulsionando o número de internautas residenciais no país, já que a falta da máquina era um dos entraves à conexão domiciliar (INTERNET, 2009).

Além do aumento na venda de computadores, que conta também com a ajuda da melhora na renda média da população, existe também a proliferação de locais públicos de acesso à rede mundial, como as lan houses no país, o que contribui para popularizar a web.

O governo tem incentivado o uso da internet e sua democratização, um grande exemplo, é a implantação, no Estado do Rio de Janeiro, de redes WiFi (via ondas de rádio, sem a utilização de fios) gratuitas cobrindo cerca de 10 milhões de pessoas em 2010, como parte do projeto Estado Digital (PAIVA, 2009).

As primeiras áreas cobertas com WiFi de graça na capital fluminense foram as favelas Santa Marta e Cidade de Deus, além das praias de Copacabana, Ipanema e

Leblon. Foi inaugurada, também, cobertura em seis cidades da Baixada Fluminense (PAIVA, 2009).

Os próximos passos são: uma rede WiFi ao longo de toda a Avenida Brasil, desde a rodoviária até o bairro de Santa Cruz, com previsão de inauguração daqui a duas semanas, levar redes WiFi para as favelas que foram ocupadas por forças policiais como o Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, e, ao longo de 2010, o projeto Estado Digital será expandido para as cidades de Petrópolis, Friburgo, Volta Redonda, Resende, Macaé e Niterói (PAIVA, 2009).

3.5 WEBRADIO

O objetivo desta seção é dar uma pequena noção da potencialidade da internet. Descrever como surgiu a webradio, apontar suas possibilidades e explicar como criar sua rádio na web.

3.5.1 Histórico

A origem das transmissões de áudio via Internet começaram em Março de 1993, quando Carl Malamud que liderava a Columbus Internet Engineering Talk Force criou um talk show semanal chamado Internet Talk Rádio. O modelo utilizado por Carl aproxima-se do que hoje denominamos de podcasting, um programa que o ouvinte tinha de descarregar todo o arquivo para o seu computador para o poder reproduzir. Mas só a partir do ano 1996 que este conceito ganhou um desenvolvimento significativo (DJALMA, 2008).

O primeiro canal que encarou a Internet como um meio de difusão e emissão radiofônica foi a americana KLIF, Estados Unidos, em 1995 (DJALMA, 2008).

Ao expandir-se na rede, a rádio incorpora novos elementos e refunde-se num espaço onde a multiplicidade de linguagens permite novas possibilidades de comunicação, incita as audiências a ter novas formas de comportamento e surgem novas formas de consumo (DJALMA, 2008).

Hoje é praticamente impossível pensar em nossas vidas com a ausência da internet, a utilizamos para tudo: comprar, vender, pesquisar, ouvir musica. Não há limitação de utilização para esta rede, alimentada por todo o mundo, por pessoas diferentes e o mais importante, por vozes diferentes. A troca de informação pela internet

não tem fim, sempre que houver alguém disposto a falar e outro a ouvir, um canal de diálogo se abre.

Com a Internet, o modo de comunicação que se estabeleceu na rádio passou a ter um suporte complementar para as emissões em FM, mas gradualmente as estações passaram a disponibilizar os seus conteúdos unicamente na Internet, surgindo assim o denominado webradio; um produto totalmente diferente do que se utilizava antes, onde o utilizador pode desfrutar de todas as potencialidades da Internet.

Esta nova forma de rádio é considerada mais dinâmica e interativa, pois, o ouvinte, pode se comunicar com os profissionais da rádio através de fóruns de discussão e salas de conversação. Todas as características apontam uma maior conexão entre o emissor e o receptor da mensagem, algo fundamental e direi até vital para as rádios comunitárias. A rádio via internet tem uma característica marcante que é a desterritorialidade e pode ser acessado por todas as camadas da sociedade que possuam internet.

As emissoras que têm uma presença na rede podem enquadrar-se em websites, sem, no entanto haver transmissão direta, as deixando livres de serem apontadas como rádios tradicionais, livre também das limitações da lei a elas aplicadas, sendo comerciais ou comunitárias.

O fato de existir na Internet faz com que as pessoas tenham mais possibilidades, sendo mais vantajosa: o utilizador pode desfrutar de vídeos, imagens, notícias, áudio, tudo em arquivo. São estas características que fazem a rádio na Internet ser considerada um novo meio de comunicação que possui uma grande difusão a nível mundial.

O número de rádios tem aumentado consideravelmente. Em julho de 2006, estavam registradas 79 webrádios. Um ano depois, foram 400 webrádios registradas. São cinco vezes mais do que um ano atrás. Isso demonstra o crescimento vertiginoso da nova mídia (RADIO, 2009).

3.5.2 Rede de Possibilidades

O advento da internet e sua penetração nos lares e na vida das pessoas o tornaram um meio maravilhoso de troca de idéias, pensamentos e não por que dizer de multiplicidade de vozes.

O grande acesso à internet e o fenômeno de convergência digital, onde todos os aparelhos eletrônicos que utilizam áudio ou vídeo estão conectados utilizando a internet, aumenta significativamente o poder de penetração das webrádios. Com o aumento do acesso da população à internet, principalmente, pelos jovens, descobriu-se um novo filão para o mercado publicitário, de divulgação de notícias e entretenimento (PACHECO, 2009).

Enquanto a radiodifusão brasileira é controlada basicamente por igrejas, políticos e grandes empresários, a webrádio permite a prática da livre difusão, não exige concessão e é relativamente fácil de ser criada por qualquer um, como será explicitado posteriormente (PACHECO, 2009).

Através dos chats, banco de dados com informações e listas de discussões, a emissora oferece algo a mais para o usuário da internet. A sinergia do meio gera novas formas de agregar valor e fidelizar os ouvintes virtuais. São os ciberouvintes, que, na rede mundial, buscam uma nova forma de comunicação e na plataforma multimídia, algo diferente do que está sendo colocada à disposição por uma emissora convencional (PACHECO, 2009).

O rádio, que teve seu fim anunciado quando surgiu a TV, na década de 50, mantém o status de meio de comunicação mais abrangente, chegando a 100% das residências brasileiras, ganha novo fôlego e se adapta melhor a nova tecnologia (MALERBA, 2009).

Logo que houve a possibilidade de se criar uma forma de veicular informação, música e entretenimento, através da tecnologia streaming (tecnologia que possibilita baixar e visualizar áudio e vídeo em tempo real), com a possibilidade de emitir programação gravada, inúmeras rádios convencionais aderiram o novo processo de comunicação (PACHECO, 2009).

Novos mecanismos vão sendo propiciados pela e internet tem o objetivo de atingir um público específico, que a cada dia ganha proporções maiores. Uma emissora virtual tem a condição de aprofundar as informações com os ouvintes, de tirar dúvidas pertinentes ao que está na pauta de discussão, com links direcionando a leitura de textos, visualização de fotos e imagens (PACHECO, 2009).

O ouvinte já não é o único público alvo: o usuário das redes, de forma geral, também está no foco dos produtores de conteúdo. O rádio experimenta, nesse momento, novas concepções temporais e ganha dispositivos antes inacessíveis (ALVES, 2003, p. 11).

A webradio é um negócio promissor, que está em franco crescimento em todo o mundo. O acesso à internet ainda está sendo popularizado e os programas de inclusão digital irão também ampliar a gama de ciberouvintes espalhados pela rede mundial.

Segundo estudos da empresa norte-americana de pesquisas **Bridge Ratings**, os números apontam para o grande crescimento das Rádios via Web, chegando à casa dos 280 milhões de ouvintes nos próximos 12 anos (MALERBA, 2009).

Na internet, a segmentação do público já é uma realidade visível, com conteúdos que são produzidos especificamente para cada interesse social, cultural ou particular. A webradio já nasce com esse preceito de atingir uma camada específica do público segmentado que está buscando alternativa. A segmentação é uma das grandes virtudes do rádio na internet (PACHECO, 2009).

A webradio pode atender à demanda exclusiva do público que busca uma programação alternativa, ou seja, diferenciada das emissoras convencionais, que na grande maioria, generalizam os programas visando atingir todo o tipo de público.

A rádio virtual consegue atender gostos particulares da audiência. Mesmo com um número limitado de ouvintes, é possível uma associação de moradores, uma igreja ou uma empresa, por exemplo, instalarem uma webradio para transmitir conteúdos de seu interesse. Essa versatilidade a torna um meio perfeito para a proliferação e manutenção das rádios comunitárias.

Para o presidente da Associação Brasileira de Podcasters, Maestro Billy, a internet provoca uma mega-especificação do público alvo. O internauta faz o podcast (produzido especialmente para a internet, e que engloba o streaming e o download em formato mp3) pensando nas pessoas que se interessam pelo seu assunto, ou pelo seu produto (PACHECO, 2009).

Através da tabela a seguir, nota-se a segmentação já apontada e a forte presença de rádios relacionadas à religião, outras, foram criadas pelos usuários da internet, como uma forma de lazer e entretenimento, já que para não existe uma lei específica que regule a transmissão ou o pagamento de royalties das músicas executadas por webrádios.

Rádio Big Hits	Cachoeiras do Madeira	Rádio Som de Adoradores	Milagre de Deus
Cultura Web Radio	Gaudéria FM	Rádio Árvore da Vida	Radio Pentecostal FM
Rádio Nova Mania	Web Radio Metodista	Rádio Missões Ide	Sargos Mix
Rádio JRT	Radio Vegatti	ARWTV	Rádio Fake
Rádio Voz Amiga	Rádio Corretor SulAmérica	Akitoca	Radio Pedras
SatFM	Rádio Impacto Web	Rádio Missão Gospel	Dracena FM
FG Mega Hits	Guest Radio	Rádio Ritmus	Playvox Webradio
Soundtrack FM	Recife Web Rádio	Rádio Louvor Jovem	KL'Studio
Radio MCA	Web Rádio Califórnia	Rádio Musical Gospel	Gospel Vale
WebRadio Califórnia	Rádio Web Paraná Gospel	Clube Web Radio	Web Radio Educadora Rio Preto
Fokusfm	Trancenation LiveRadio	Brasil Mix	Maxima FM
Aliados do Ritmo	Domínio FM	Rádio ABC	Web Rádio PQP
Nova Geração em Cristo	Rádio Migrantes	Rádio Arco Íris GLS	Remember 80
Rádio Lusitânia CB	Sinos Net	Vocall Radio Web	Rádio Sal da Terra
Web Radio Corumbá Pantanal	Rádio ONE	FlashBackFM	OK DJ WebRadio
Rádio Visto Livre	WicRádio	Rádio Pudim FM	Rádio DJS4FUN
Rádio Missão	Youngospel Web Station	Rádio Musicmania	Rádio Som Brasil
Semeando Vida	Web Black	Rádio Vitória	Rádio Bianchiny
Web Rádio Família Renovada	Pop Sul	Fidelidade Máxima	Rádio Tudoem
Rádio Intercessão	Radio Quadrangular Três Lagoas	Radio Flamengo	Web Radio Zona de Agito
Rede Camarim	Rádio Vida em Jesus	Geração Nova	Rádio ABC Gospel Brasil
Rádio Força Jovem	Rádio Clube Gospel	RADIOWEBFM.com	Jovem Rio Web Rádio
Studio FM Gospel	Web Rádio Sucesso	Gospel Livre	Rádio Web Shalom
Rádio Web Festa	Webradio Iqueimados	Rádio Vigia Online	Rádio Performance
MegaSom WebRadio	Web Rádio Amiga	WJS Radio	Rádio Brasil MPB
Rádio Esperança	Rádio Livre	WJS Radio	Rádio Servos das Nações
Web Radio Itaqualink Music	Web Rádio Embalo Sertanejo	Rádio Vip	Rádio PopHits
WebRadio GospelMP3	Radio Vix	Sul Minas	Rádio Loucomotiva
Rádio Ibiapaba FM	Brasil Mix Web Radio	Rádio Viva com Deus	Rádio Portal Web Gospel
Mundial Gospel	Alta Tensão	Vida Gospel	K3 RadioWeb
Computers Service Web Rádio	Studio Webto	Uma Vida Plena	Web Rádio Tiliga!
Rádio Renascer na Web	Mega Radio Hits	Rádio Dádiva	Rádio Paulista
Rádio Web Cidade	Pioneira FM	Rádio Shofar Online	som da Promessa
Rede Classic FM	AR22	Rádio Nova Aliança	Radio Emoção
Kula Webradio Universitária	Cemadsat FM	WebRadio SalgadoFest	MPB World
FM Brazil	Web Rádio Axé	Webradio Melodia	Fox Rádio
Morcegão FM	Rede Jesus Cristo FM	Rádio X Web	MixHitsBrasil
Frequência X	DJ Lab Radio	Rádio Encantos	Rádio Axé
Rádio Web Showja	Rádio Mega Hits	Rádio Mega Hits	Rádio Seteponto7
Rádio Euro Brasil	NT Gospel	Mania Webradio	Rádio Habb louco
Pause Radio	Web Rádio Avivafê	Gerados Para Adorar	Rádio Líder Gospel
Rádio Guará Web	Rádio Sintonia Net	Rádio Esportes Brasília	Rádio Fluminense FM Web
Web Radio Charrua	Rádio Mega Vox	Rádio Cyber Net	Rádio Fluxo
Rádio Faz Bem	Rádio Web Juazeiro	Rádio Mega Flow	Rádio VH Turismo
Freigaspar	Rádio Tropical	Rádio Style Dj's	
Web Radio Manso FM	Web Radio Ressacão	Web Rádio Explosion	
Rádio Usina	Radio Pleno Som	Rádio Onda Alta FM	
Rádio Web Louvara	TV Rádio Music	TPM Toda Para Mulher	
Rádio Vida em Jesus	Apostólica FM	Radio Baú Gospel	
Musin Rap	Mega Mix	Batista Carismática	

TABELA I : Webrádios cadastradas no mês de agosto.

A Lei 9.610/98, que regula os direitos autorais brasileiros, não informa sobre o uso de webcasting (armazenamento de músicas na web). Especialistas em direitos autorais defendem que não existem formas de se cobrar juridicamente pelos direitos autorais provindos de webcasting (BARBEIRO e LIMA, 2001).

Segundo Márcio Massano, coordenador estratégico de arrecadação do ECAD (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição), existem cerca de 10 mil webrádios no Brasil, para um universo de 39 milhões de usuários da rede, conforme levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (MALERBA, 2009)

As webrádios estão tornando-se fenômenos entre os usuários da internet. Por essa segmentação de mercado específica, o público acaba se identifica com o meio.

Com alguma simplicidade, cada pessoa ou entidade conectada na rede pode montar sua própria emissora. Não há mais um núcleo central. Cada um vai ser operador, programador, ideólogo e editor-chefe do conteúdo da rádio. A censura desaparece: nem o Estado, os anunciantes e a elite no poder podem impedir a transmissão de uma programação, seja ela musical, jornalística, política, religiosa ou de qualquer outro conteúdo (BARBEIRO e LIMA, 2001).

3.5.3 Colocando sua rádio na Internet

Existem dois tipos de webrádio: a rádio transmitida diretamente do estúdio (se você tem uma rádio comum e deseja colocá-la ao vivo na web), e a webrádio somente de músicas, onde você cria várias estações com estilos de músicas e disponibiliza na web.

A webrádio somente de músicas, aparentemente não se tem custo. Para colocá-la na internet, é necessário: um provedor bom que disponha de uma boa banda larga, enviar as músicas para o servidor e divulgar a página. O responsável cria uma página na internet, coloca a disposição dos usuários diversos arquivos de músicas para que este possa ter livre acesso, fazer o download e ouvi-las (TUTORIAL, 2009).

No caso de colocar uma rádio ao vivo na web, tem um pequeno custo. É necessário um computador dedicado para a rádio, conectar um cabo da saída da mesa de som à entrada em linha da placa de som do computador, usar um Encoder para ele codificar a informação sonora e enviar para a web. O Encoder é uma ferramenta fácil de usar, que converte áudio e vídeo em tempo real, com alta qualidade (TUTORIAL, 2009).

Através dele pode ser transmitido conteúdo ao vivo pela entrada de linha da placa de áudio ou vídeo, utilizando seu CD Player, microfone, MP3 player, câmera de vídeo ou receptor AM/FM (TUTORIAL, 2009).

Instalar o Encoder no computador é simples. Ele pode ser “baixado” em diversos sites, assim como já vem no Windows Media Player (TUTORIAL, 2009).

Para iniciar a transmissão da rádio na web, inicia-se o codificador (encoder), escolhe-se a opção "Transmitir um evento ao vivo...", seleciona-se o dispositivo de áudio, em seguida aparece a URL para conexão na internet (ex: http://Seu_IP:8080). A URL é o endereço, ou página da web que a rádio esta disponível.

URL conhecida, escolhe-se o perfil da transmissão e em seguida preenche-se os dados da rádio. O Encoder irá carregar na tela do computador, quando tiver terminado, insere-se o cabo na entrada de linha da placa de som para transmitir uma rádio. Após todos os passos feitos, no Encoder clique em ‘iniciar’, a partir deste ponto a rádio esta ao vivo na internet (TUTORIAL, 2009).

4 ESTUDO DE CASO: RÁDIO NOVOS RUMOS

A Rádio Novos Rumos foi uma das experiências de rádio comunitária mais importante do Brasil. Vale frisar aqui sua participação na história, orgulho das rádios comunitárias que contribuiu para o movimento de democratização da comunicação.

4.1 SUA HISTÓRIA E DESAFIOS

Criada em 1991 por ativistas, militantes do campo da comunicação popular, lideranças comunitárias e principalmente pelo povo do antigo distrito de Queimados, na baixada fluminense, a Rádio Novos Rumos foi pioneira em sua estrutura de gestão e participação democrática (SANTOS, 2008)

As suas assembléias e eleições são regulares e pautaram desde o início da administração da emissora, garantindo a participação livre e irrestrita de qualquer pessoa independentemente de sua orientação religiosa, sexual, ou condição política e social. A luta popular foi vitoriosa por garantir o controle sobre a comunicação (SANTOS, 2008).

A criação da Rádio Novos Rumos foi revolucionária. Rompeu localmente com o *status quo* de monopólio das elites sobre a comunicação. Houve um controle direto e popular sobre a comunicação e revolucionariamente o Poder Popular foi instituído. No país, a desigualdade social e o fim da exploração de classe terminariam se instituíssemos politicamente o poder popular, não somente sobre a comunicação, mas sobre todas as esferas da sociedade como a saúde, a justiça, a cultura, a economia, a educação, transportes e etc (SANTOS, 2008)

Os programas, inicialmente, feitos ao vivo, com exceção dos religiosos, produzidos pelas próprias igrejas, demonstram um respeito mútuo e é visível a utilização da polifonia na rádio. Todos têm o direito à palavra. O grande resultado desta rádio foi a expressiva diminuição da violência na comunidade nos três primeiros meses que esteve no ar (NUNES, 1995).

Logo após a inauguração da rádio, a Novos Rumos sofreu seu primeiro (de vários) fechamento por fiscais da ANATEL e agentes da Polícia Federal, que também apreenderam os equipamentos da emissora. Ela permaneceu fora do ar até maio de 1995, quando, após o recolhimento de mais de 10 mil assinaturas, num abaixo assinado que exigia a volta da rádio, foi autorizado pelo então ministro das comunicações, Sérgio

Motta, um projeto piloto com 16 emissoras comunitárias de locais diferentes do país, dentre as quais estava a Rádio Novos Rumos, que voltou a ser transmitida. (POLIVANOV, 2007)

Quase dez anos após a promulgação da Lei que regulamenta a rádio comunitária no Brasil, a Rádio Novos Rumos, considerada por muitos como a primeira experiência formal de rádio comunitária no país, conseguiu autorização do Ministério das Comunicações (Portaria 845 do Ministério das Comunicações publicada no Diário Oficial da União do dia 27 de Dezembro de 2007) para receber a outorga do Congresso Nacional e poder executar o serviço de radiodifusão comunitária (SANTOS, 2008)

4.2 POSSIBILIDADES VIA WEBRADIO

A Rádio Novos Rumos sofreu boa parte das dificuldades enfrentadas pela maioria das rádios comunitária. Foi fechada várias vezes, seus equipamentos foram confiscados e por muito tempo impedidos de atuar legalmente sem o medo da intervenção Federal.

O sonho da Rádio Novos Rumos de se tornar uma rádio oficialmente comunitária, não passou, e se manteve durante os anos que ficou fechada, enquanto seus idealizadores lutavam para que pudessem reabri-la. Na época a internet ainda engatinhava no Brasil, e provavelmente a idéia de webradio estava longe de se concretizar.

As rádios têm hoje um panorama completamente diferente a sua frente. Toda esta dificuldade encontrada pela Rádio Novos Rumos seria diferente. Com a população inserida no mundo virtual, explorar sua potencialidade na web seria fácil.

O baixo custo para colocar a rádio na Internet ajudaria no momento que seus aparelhos foram confiscados, a descentralização da informação ajudaria a aqueles que trabalhavam em diversos cantos da comunidade e dificultaria o controle máximo das instancias de poder, pois em qualquer ponto da rede haveria troca de informações.

O fato ser um site daria possibilidades de explorara o meio de forma comercial, já que é muito difícil a função de abrir uma rádio e mantê-la apenas com doações e patrocínios. A população local poderia saber em tempo real os problemas enfrentados pela comunidade e as dificuldades da própria rádio, ajudando a aumentar a pressão sobre o governo para a aceleração do processo de outorga.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As rádios comunitárias, inseridas no contexto legal através da Lei 9.612/98, vêm lutando para sobreviverem e serem ouvidas pelo governo. Paralelo a este plano, as transformações tecnológicas estão presentes sistematicamente no cotidiano da sociedade moderna. A globalização é praticamente irreversível e a internet fundamental para a manutenção das relações econômicas, políticas, culturais e sociais. Inserido nesse contexto, o rádio no ambiente virtual, ganha força e espaço superando todas as perspectivas e se sobressaindo às antigas dificuldades.

A webradio, ganha popularidade e, por isso, pode ser considerada um veículo de comunicação fundamental no século XXI. A experiência de transmitir somente no ambiente multimídia, agregando imagens, textos, vídeos e interatividade, atende novas demandas de um público segmentado que busca algo mais.

A webradio surge como mais um meio de comunicação alternativo para um público específico e seria reducionista afirmar que o rádio virtual irá substituir algum meio de comunicação. Ao contrário, a estação com sinal somente disponível através da internet, está presente na sociedade, agregando novos valores e convergindo para um espaço mais democrático com a participação e o desenvolvimento de ações com o intuito de fortalecer a opinião pública.

O rádio na internet é um veículo de comunicação que está ainda galgando seu espaço no emaranhado de possibilidades que a tecnologia propicia. A estrutura virtual de uma webradio não precisa de aparato sofisticado, equipamentos importados e uma estrutura física.

A webradio está dando um passo importante para a democratização dos meios de comunicação no país contra companhias que mantêm poder, e influenciam com o objetivo único de acumular capital. O rádio na internet molda novos conceitos e relações, ampliando os novos espaços e oportunidades.

Há diversos fatores que contribuem para a entrada maciça de agentes sociais no mundo virtual. Dentre eles:

- a) O baixo custo de implantação, já explicitado;
- b) A instantaneidade das informações;
- c) A amplitude de acesso, cujo crescimento tem se mostrado exponencial;
- d) A possibilidade de armazenamento e disponibilidade de grande volume de informação em diversos formatos.

Estes fatores resultam em benefícios para as rádios comunitárias como o aumento da sua visibilidade, pois, agora podem legitimar sua existência através da publicidade. Há uma ampliação do público, já que não há limites espaciais para a internet. A programação sofre uma melhoria, devido à troca de idéias, projetos e programas entre as emissoras. Além da divulgação de conteúdos extra-audiofônicos, com produções de vídeos além de áudios para apoiara a programação, aproximando o público-alvo através da interatividade gerada pelas ferramentas da internet (e-mail, chats, etc).

O ponto mais importante que a webradio trouxe e que fundamenta boa parte deste estudo é a superação das restrições legais da lei 9.612/98. O ambiente desregulado da Internet é livre de restrições da lei que regulamenta a radiodifusão comunitária que cria limitação do alcance e potência, proibição de veiculação de propaganda. Na internet as rádios podem criar redes interligadas, aumentando seu poder de penetração e participação na sociedade.

REFERÊNCIAS

- PAIVA, Raquel (Org.). O Retorno da Comunidade: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BARBEIRO, Heródoto e LIMA, Paulo Rodolfo, Manual de Radiojornalismo: Produção, Ética e Internet. Rio de Janeiro: Campus, 1ª edição, 2001.
- COGO, Denise Maria. No Ar... Uma Rádio Comunitária. São Paulo: Paulinas, 1998.
- GIRARDI, Ilza. Para Fazer Rádio Comunitária com “C” Maiúsculo. Porto Alegre: Revolução de Idéias, 2009.
- PERUZZO, Cicília Maria Krohling. Comunicação nos Movimentos Populares: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MALERBA, João Paulo, Rádios Comunitárias 2.0: Possibilidades de uma rede de redes. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- NUNES, Marisa AP. Meliani. Rádios Livres: o outro lado da voz do Brasil. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1995.
- RODRIGUES, Antonio Paiva. Rádios Comunitárias: 25 anos de luta por emissoras livres. Observatório da imprensa. 1 jan. 2008. Disponível em: <http://listas.softwarelivre.org/pipermail/freteradiotvdigital/2008-January/001961.html>. Acesso em 1 set. 2009
- DJALMA, Sofia. As Rádios On-line: surgimento de uma nova era. Wikispaces. Rio de Janeiro, 4 de jan, 2008. Disponível em: <http://grupo5.wikispaces.com/Hist%C3%B3ria+da+R%C3%A1dio>. Acesso em 9 de ago. 2009.
- PAGANELLI, Wilson. A Lei 9612/98 (das rádios comunitárias). Jus Navigandi, Teresina, ano 2, n. 25, jun. 1998. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=503>. Acesso em: 09 ago. 2009.
- FERRAZ, Henrique. Como Funciona uma Rádio FM. Revista Eletrônica de Ciências. Dez, 2003. Disponível em: http://cdcc.sc.usp.br/ciencia/artigos/art_22/radio.html. Acesso em 23 ago. 2009
- RODRIGUES, Alex. Associação Diz que Maioria das Rádios Comunitárias não Atende a População. Agência Brasil. Rio de Janeiro, 10 out. 2009. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/10/10/materia.2009-10-10.2696881720/view>. Acesso em: 30 de nov. 2009.

BAHIA, Lilian Mourão. Rádios Comunitárias. Editora Autentica, 2008. Disponível em: http://encipecom.metodista.br/mediawiki/index.php/R%C3%A1dios_Comunit%C3%A1rias_-_L%C3%ADlian_Bahia. Acesso em: 30 de nov. 2009.

SANTOS, Rodrigo Dolandeli dos. Rádio Novos Rumos: 17 anos de luta. Biblioteca Digital. Rio de Janeiro, 11 jan. 2008. Disponível em: http://www.eptic.com.br/eptic_es/interna.php?c=228&ct=683&o=1. Acesso em: 13 set. 2009

PAIVA, Fernando. Estado do Rio levará acesso WiFi gratuito a 10 milhões de pessoas em 2010. Cidades Digitais. 2 de dez. 2009. Disponível em: <http://www.teletime.com.br/News.aspx?ID=157943>. Acesso em: 3 dez. 2009

PACHECO, Alex. A Estrutura da Webradio. Santa Catarina, 2009. Dissertação (Especialista em Estudos Avançados em Comunicação, Informação e Cultura) – Universidade do Cotestado. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-web.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2009

ALVES, Raquel Porto Alegre dos Santos. Rádio no Ciberespaço: interseção, adaptação, mudança e transformação. IN: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Anais eletrônicos... Belo Horizonte: Intercom, 2003. Disponível em: www.intercom.org.br/papers/nacionais/.../2003_NP06_alves.pdf. Acesso em: 20 ago. 2009

PERUZZO, Cicilia Maria K. Participação nas rádios comunitárias no Brasil. Versão ampliada de Paper apresentado no GT Cultura e Comunicação Popular, XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife/PE, 9 a 14/09 de 1998. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.html>. Acesso em: 22 ago. 2009

POLIVANOV, Beatriz. Novos Rumos e Onda Livre: conflitos e negociações na busca pela legalização das rádios comunitárias. In: II Compolítica - Congresso da Associação Brasileira dos Pesquisadores de Comunicação e Política, 2007, Belo Horizonte. Anais eletrônicos... Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2007/sc_scp-beatriz.pdf. Acesso em: 30 out. 2009

HISTÓRIA da Internet. Wikipédia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_Internet. Acesso em: 2 ago. 2009

O maior crescimento da INTERNET no Brasil : Internet vive seu maior boom no Brasil. Rei da Cocada Preta. Rio de Janeiro, 15 nov. 2008. Disponível em: <http://www.reidacocadapreta.com.br/2008/11/15/o-maior-crescimento-da-internet-no-brasil-internet-vive-seu-maior-boom-no-brasil/>. Acesso em 2 de ago. 2009.

Mais um TUTORIAL Sobre Criação de Web Rádio ou TV. Máquina do Tempo. Disponível em: http://www.maquinadotempo.net/tutorial_criando_radioweb.htm. Acesso em: 23 de ago. 2009

RADIO livre. Wikipédia. Disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Rádio_livre. Acesso em: 30 nov. 2009

Crescimento da Internet assusta pesquisadores. Observatório da Imprensa. 23 nov. 2008. Disponível em: <http://mesquita.blog.br/crescimento-da-internet-assusta-pesquisadores>. Acesso em: 30 de nov. 2009

BRASIL. Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. Brasília, DF, 20 dez. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L9612.htm>. Acesso em 9 de ago. 2009.

MC, MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Passo-a- passo dos Procedimentos Relativos a análise dos Procedimentos Relativos a Análise dos Pedidos para Autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Brasília, 11 jun. 2009. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/radio-comunitaria/aviso-de-habilitacao/Passo-a-Passo-Radcom.pdf>. Acesso em 16 ago. 2009

BRASIL. Norma Complementar n.º 1/2004. Serviço de Radiodifusão Comunitária. Brasília, 8 ago. 2004. Disponível em: [http://www.sulradio.com.br/norma_complementar_comentada\[1\].pdf#zoom=150,0](http://www.sulradio.com.br/norma_complementar_comentada[1].pdf#zoom=150,0). Acesso em: 16 ago. 2009

MC, MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Passo-a- passo dos Procedimentos Relativos a análise dos Procedimentos Relativos a Análise dos Pedidos para Autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Brasília, 11 jun. 2009. il. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/radio-comunitaria/aviso-de-habilitacao/Passo-a-Passo-Radcom.pdf>. Acesso em 16 ago. 2009

RADIO livre. Wikipédia. Disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Rádio_livre. Acesso em: 30 nov. 2009

ANATEL, AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. Resolução nº 067, de 12 de Novembro de 1998. Brasília, DF, 12 nov. 1998. Disponível em: http://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?null&filtro=1&documentoPath=biblioteca/resolucao/1998/res_067_98.pdf. Acesso em: 30 de nov. 2009

ANEXO 1



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

§ 1º Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros.

§ 2º Entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila.

~~Art. 2º O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#), modificada pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e demais disposições legais.~~
~~Parágrafo único. O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá ao disposto no art. 223 da Constituição Federal.~~

Art. 2º O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá ao disposto no art. 223 da Constituição, aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#), e demais disposições legais. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001\)](#)

Parágrafo único. Autorizada a execução do serviço e, transcorrido o prazo previsto no art. 64, §§ 2º e 4º da Constituição, sem apreciação do Congresso Nacional, o Poder Concedente expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001\)](#)

Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Art. 4º As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária atenderão, em sua programação, aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

II - promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;

III - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV - não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

§ 1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária.

§ 2º As programações opinativa e informativa observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§ 3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à Direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 5º O Poder Concedente designará, em nível nacional, para utilização do Serviço de Radiodifusão Comunitária, um único e específico canal na faixa de frequência do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Parágrafo único. Em caso de manifesta impossibilidade técnica quanto ao uso desse canal em determinada região, será indicado, em substituição, canal alternativo, para utilização exclusiva nessa região.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

~~Parágrafo único. A outorga terá validade de três anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.~~

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. [Redação dada pela Lei nº 10.597, de 2002](#)

Art. 7º São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

Art. 8º A entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º desta Lei.

Art. 9º Para outorga da autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, as entidades interessadas deverão dirigir petição ao Poder Concedente, indicando a área onde pretendem prestar o serviço.

§ 1º Analisada a pretensão quanto a sua viabilidade técnica, o Poder Concedente publicará comunicado de habilitação e promoverá sua mais ampla divulgação para que as entidades interessadas se inscrevam.

§ 2º As entidades deverão apresentar, no prazo fixado para habilitação, os seguintes documentos: I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

IV - comprovação de maioria dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

§ 3º Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço e estando regular a documentação apresentada, o Poder Concedente outorgará a autorização à referida entidade.

§ 4º Havendo mais de uma entidade habilitada para a prestação do Serviço, o Poder Concedente promoverá o entendimento entre elas, objetivando que se associem.

§ 5º Não alcançando êxito a iniciativa prevista no parágrafo anterior, o Poder Concedente procederá à escolha da entidade levando em consideração o critério da representatividade, evidenciada por meio de manifestações de apoio encaminhadas por membros da comunidade a ser atendida e/ou por associações que a representem.

§ 6º Havendo igual representatividade entre as entidades, proceder-se-á à escolha por sorteio.

Art. 10. A cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo único. É vedada a outorga de autorização para entidades prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como à entidade que tenha como integrante de seus

quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados.

Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Art. 12. É vedada a transferência, a qualquer título, das autorizações para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 13. A entidade detentora de autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária pode realizar alterações em seus atos constitutivos e modificar a composição de sua diretoria, sem prévia anuência do Poder Concedente, desde que mantidos os termos e condições inicialmente exigidos para a outorga da autorização, devendo apresentar, para fins de registro e controle, os atos que caracterizam as alterações mencionadas, devidamente registrados ou averbados na repartição competente, dentro do prazo de trinta dias contados de sua efetivação.

Art. 14. Os equipamentos de transmissão utilizados no Serviço de Radiodifusão Comunitária serão pré-sintonizados na frequência de operação designada para o serviço e devem ser homologados ou certificados pelo Poder Concedente.

Art. 15. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária assegurarão, em sua programação, espaço para divulgação de planos e realizações de entidades ligadas, por suas finalidades, ao desenvolvimento da comunidade.

Art. 16. É vedada a formação de redes na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública e epidemias, bem como as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo definidas em leis.

Art. 17. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária cumprirão tempo mínimo de operação diária a ser fixado na regulamentação desta Lei.

Art. 18. As prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária poderão admitir patrocínio, sob a forma de apoio cultural, para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida.

Art. 19. É vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

Art. 20. Compete ao Poder Concedente estimular o desenvolvimento de Serviço de Radiodifusão Comunitária em todo o território nacional, podendo, para tanto, elaborar Manual de Legislação, Conhecimentos e Ética para uso das rádios comunitárias e organizar cursos de treinamento, destinados aos interessados na operação de emissoras comunitárias, visando o seu aprimoramento e a melhoria na execução do serviço.

Art. 21. Constituem infrações - operação das emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária:

- I - usar equipamentos fora das especificações autorizadas pelo Poder Concedente;
- II - transferir a terceiros os direitos ou procedimentos de execução do Serviço;
- III - permanecer fora de operação por mais de trinta dias sem motivo justificável;

IV - infringir qualquer dispositivo desta Lei ou da correspondente regulamentação;

Parágrafo único. As penalidades aplicáveis em decorrência das infrações cometidas são:

I - advertência;

II - multa; e

III - na reincidência, revogação da autorização.

Art. 22. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária operarão sem direito a proteção contra eventuais interferências causadas por emissoras de quaisquer Serviços de Telecomunicações e Radiodifusão regularmente instaladas, condições estas que constarão do seu certificado de licença de funcionamento.

Art. 23. Estando em funcionamento a emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em conformidade com as prescrições desta Lei, e constatando-se interferências indesejáveis nos demais Serviços regulares de Telecomunicações e Radiodifusão, o Poder Concedente determinará a correção da operação e, se a interferência não for eliminada, no prazo estipulado, determinará a interrupção do serviço.

Art. 24. A outorga de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária fica sujeita a pagamento de taxa simbólica, para efeito de cadastramento, cujo valor e condições serão estabelecidos pelo Poder Concedente.

Art. 25. O Poder Concedente baixará os atos complementares necessários à regulamentação do Serviço de Radiodifusão Comunitária, no prazo de cento e vinte dias, contados da publicação desta Lei.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de fevereiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO
Sergio Motta

HENRIQUE

CARDOSO

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 20.2.1998

ANEXO 2

FORMULÁRIO PADRONIZADO MODELO A-1**REQUERIMENTO DE DEMONSTRAÇÃO DE INTERESSE PARA
EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A _____
(denominação da requerente), inscrita no CNPJ sob o nº _____/_____-_____,
com sede

_____,
na cidade de _____, Estado
_____, CEP _____ - _____, telefone 0XX-
_____-_____, correio eletrônico

_____, entidade sem fins
lucrativos, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão competente, vem,
respeitosamente à presença de V. Ex.^a, nos termos de que trata o item 3 da Norma
Complementar nº 1/2004, demonstrar seu interesse em executar o Serviço de
Radiodifusão Comunitária, na área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 Km, com
centro localizado na

_____, (endereço completo), de coordenadas geográficas _____° _____' _____"S de
latitude e _____° _____' _____"W de longitude, onde pretende instalar o sistema
irradiante de sua estação, e solicitar a designação de canal para a execução do Serviço.

Declaro ter conhecimento de que o presente requerimento se destina somente a
registro de dados no Sistema de Informação do Serviço de Radiodifusão Comunitária -
Sistema RadCom para conhecimento, pelo Ministério das Comunicações, do interesse
desta entidade em executar o Serviço na localidade informada, não gerando qualquer
direito referente à autorização para essa execução.

_____, _____ de _____ de 200____.
(local e data)

assinatura do representante da entidade

Nome do representante da entidade:

CPF: _____

Endereço para correspondência

: _____, na cidade de
_____, Estado _____, CEP

_____-_____,
Telefone para contato: 0XX-_____-_____;

Correio eletrônico (e-mail):

_____.

ANEXO 3

FORMULÁRIO PADRONIZADO MODELO A-2**REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO
EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A _____
 _____,
 (denominação da requerente), inscrita no CNPJ sob o no _____ / _____ -
 _____, com _____ sede
 _____, na
 cidade de _____, Estado _____,
 CEP _____ - _____, Telefone 0XX(____) _____,
 correio _____ eletrônico

_____,
 entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão
 competente, vem, respeitosamente à presença de V. Ex., em atendimento ao Aviso
 _____, apresentar a documentação de que trata o item 7 da Norma nº 1/2004 –
 Norma Complementar do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria
 MC nº 103, de 23 de janeiro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 26
 subsequente.

_____, _____ de _____ de 200____.
 (local e data)

 (assinatura do representante legal da entidade)

Nome _____ do _____ representante _____ da _____ entidade:

CPF: _____

I – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS APRESENTADOS

1 – Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF	Sim	Não
2 – Estatuto Social, devidamente registrado	Sim	Não
3 – Ata de Constituição da entidade devidamente registrada	Sim	Não
4 – Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada	Sim	Não
5 – Relação contendo o nome de todos os associados pessoas naturais e jurídicas	Sim	Não

--	--	--

6 – Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos	Sim	Não

7 – Prova de que seus diretores são maiores de dezoito anos ou emancipados	Sim	Não

8 – Declaração, assinada pelo representante legal, especificando o endereço completo sede da entidade	Sim	Não

9 – Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso	Sim	Não

10 – Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço	Sim	Não

11 – Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados	Sim	Não

12 – Declaração, assinada pelo representante legal, constando a denominação de fantasia da emissora, se houver	Sim	Não

13 – Declaração, assinada pelo representante legal, de que o local pretendido para a instalação do sistema irradiante possibilita o atendimento do disposto no subitem 18.2.7.1 ou 18.2.7.1.1 da Norma Complementar nº 1/2004	Sim	Não

14 – Declaração, assinada por profissional habilitado ou por representante legal da entidade, confirmando as coordenadas geográficas, na padronização GPS-SAD69 ou WGS 84, e o endereço proposto para instalação do sistema irradiante	Sim	Não

15 – Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade apresentará Projeto Técnico de acordo com as disposições da Norma Complementar nº 1/2004 e com os dados indicados em seu requerimento, caso seja selecionado	Sim	Não

16 – Comprovante de recolhimento de taxa relativa às despesas de cadastramento	Sim	Não

II – MANIFESTAÇÕES DE APOIO

1 – Manifestação de apoio individual contendo o nome, o número da identidade, o endereço do domicílio ou residência, o Código de Endereçamento Postal (CEP) e a assinatura do declarante	Sim	Não
1.1 – Soma das manifestações individuais apresentadas		

2 – Manifestação de apoio coletiva, apresentada sob a forma de abaixo-assinado, contendo o nome, o número da identidade, o endereço do domicílio ou residência, o Código de Endereçamento Postal (CEP) e a assinatura de cada declarante	Sim	Não
2.1 – Soma das assinaturas constantes das manifestações de apoio coletivas, apresentadas sob a forma de abaixo-assinado		
3 – Manifestação de apoio apresentada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a execução do Serviço, contendo a denominação da entidade apoiadora, o endereço da sede, o Código de Endereçamento Postal (CEP) e assinatura do representante legal	Sim	Não
3.1 – Soma das manifestações de apoio das entidades associativas e comunitárias apresentadas		
4 – Manifestação de apoio dos associados da entidade requerente comprovada por meio de assinaturas constantes de Ata de Assembléia Geral, convocada especialmente para manifestar apoio à iniciativa de requerer a autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária	Sim	Não
4.1 – Soma das assinaturas constantes da Ata de Assembléia Geral		

III – ACORDO PARA ASSOCIAÇÃO DAS ENTIDADES

Caso exista mais de uma entidade concorrente na mesma área de serviço, a requerente declara que concorda em associar-se às demais entidades.	Sim	Não

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo relativo a solicitação de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada em original ou cópia autenticada e em conformidade com o subitem 7.2 da Norma Complementar nº 1/2004, bem como as afirmações feitas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.

(assinatura do representante legal da entidade)

Indicar abaixo os endereços para correspondência e do sistema irradiante, de modo agilizar o seu cadastro e andamento do processo.

Endereço para correspondência : _____, na cidade de _____, Estado _____, CEP _____
 Telefone para contato: 0XX-____-_____
 Correio eletrônico (e-mail) _____

Pretende instalar o sistema irradiante de sua estação na _____ (endereço completo), de coordenadas geográficas: _____° _____' _____"S de latitude e _____° _____' _____"W de longitude.

ATENÇÃO: Se o encaminhamento for via postal, todos os documentos acima relacionados deverão ser apresentados juntamente com este requerimento.

FABRICANTE

MODELO CERTIFICAÇÃO	POTÊNCIA
	Watts

8 – ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA	MODELO
GANHO max (Gt) DO LOCAL	ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO
	ALTURA DA TORRE
	ALTITUDE
	m

9 – LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE	MODELO
COMPRIMENTO(L) LINHA (η)	ATENUAÇÃO EM 100 m (A _L)
etros	dB
	PERDAS NA LINHA (P _L)
	dB
	EFICIÊNCIA DA

Perdas na linha (P_L) = $\frac{L \cdot A_L}{100}$

Eficiência da linha (E_F) = $10 \frac{-P_L}{10}$

10 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

ERP (dBk) = $10 \log (P_t \cdot G_{ht} \cdot G_{vt} \cdot \eta) = 10 \log (\quad \times \quad \times \quad \times \quad) = \quad \text{dBk}$

P_t = Potência do transmissor, em kW.

G_{ht} = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.

G_{vt} = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes

η = Eficiência da linha de transmissão

Obs.: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora do RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 Watts.

11 – INTENSIDADE DE CAMPO NO LIMITE DA ÁREA DE SERVIÇO

E(dBμ) = 107 + ERP(dBk) – 20 log d (km)

ERP(dBk) □ potência efetiva irradiada

d (km) = distância da antena transmissora ao limite da área de serviço (raio da área de serviço)

E(dBμ) = 107 + \quad - 20 log \quad = \quad (dBμ)

Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviço será de 91 dBμ.

12 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

--

13 – DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO	
REG.CREA	ENDEREÇO
ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)	BAIRRO

